



ZOOM // JU DEIXA EMP “AOS PAPE

Em Portugal é mais complexo recuperar uma empresa do que fechá-la e os primeiros travões são logo colocados pela Segurança Social e pelo Fisco

TEXTOS *Margarida Bon de Sousa*





STIÇA RESAS IS”





Justiça mata recuperação de empresas e arrasta insolvências por mais de dez anos

Ministra anunciou medidas, mas faltam muitas das que estão no acordo negociado com a troika

MARGARIDA BON DE SOUSA
margarida.bondesousa@ionline.pt

Falir em Portugal é um estigma muito difícil de ultrapassar. Mas recuperar um empresa em crise que entre num processo de insolvência ainda é mais complexo. O sistema, a começar pela própria Segurança Social e o Fisco, são os primeiros a travar qualquer possibilidade de viabilização, independentemente de esta poder ou não levantar-se.

Paula Teixeira da Cruz, que tutela o

sector, anunciou já uma série de mudanças para, pelo menos, diminuir o prazo das insolvências, que chegam a ultrapassar os 10 anos. Outra das novidades é poder haver acordos negociados directamente entre credores e devedores fora dos tribunais que depois só terão de ser homologados por um juiz caso haja uma minoria de credores que não concordem. Se o consenso for geral, o acordo nem sequer precisa de passar pelo tribunal. Corta-se também a hipótese de um credor minoritário

poder pedir um processo de insolvência, evitando assim alguma pressão que tem sido feita por dívidas insignificantes e que acabam por paralisar a empresa, empurrando-a para um processo que a paralisa.

Estes acordos vão ser voluntários e só podem ser feitos se houver a possibilidade de a empresa se refinarciar ou reestruturar o seu passivo. As linhas gerais ontem anunciadas prevêem que sejam criados um conjunto de princípios orientadores das condutas dos vários envol-



Paula Teixeira da Cruz quer mais acordos entre credores e devedores que não tenham de passar pelo crivo da Justiça. Mas, por enquanto, não fala da criação de mais tribunais do comércio, uma das medidas negociada com a troika

MÁRIO CRUZ/LUSA

ção dos devedores em situação económica difícil.

Contudo, ficou ainda por cumprir uma das principais exigências da troika: alargar o número de tribunais comerciais, que neste momento são apenas dois, um em Lisboa e outro em Gaia, que abrangem uma área territorial significativa. Nos outros concelhos, as insolvências são tratadas em tribunais administrativos. "Os dois que existem estão totalmente congestionados com processos de insolvência e entupidos com casos que dizem respeito a relações societárias", disse ao *i* José de Freitas, da Cuatrocasas, que considera prioritária a abertura de novos tribunais para resolver este tipo de contenciosos.

Já Luís de Gouveia Fernandes, da Pares Advogados, considera que a ministra devia ter ido mais longe, de acordo com o que está previsto no memorando da troika. "A recuperação das empresas não devia estar dentro do processo de insolvências", disse ao *i*, acrescentando que "actualmente uma empresa que tenha uma hipótese de recuperação tem de esperar um ano por uma resposta de um juiz para começar a negociar com os credores, o que é grave quando por exemplo se trata de casos onde existem bens perecíveis".

Em 2011, prevê-se que se chegue ao final do ano com nove mil novos processos de insolvência, que se vão juntar aos milhares que estão pendentes há vários anos e que a troika quer ver resolvidos até 2014.

MAIS JUÍZES Ontem, o governo aprovou uma proposta de lei que cria equipas extraordinárias de juizes tributários, tendo como objectivo acabar com as pendências nos tribunais tributários e acelerar a resolução dos processos judiciais, com prioridade para os casos de valor superior a um milhão de euros, como está consignado no documento da troika.

As equipas vão ficar adstritas ao tribunal administrativo e fiscal do Porto e no tribunal tributário de Lisboa, onde o número de processos fiscais pendentes com valores superiores a um milhão de euros assumem maior expressão, quer em termos de número, quer em termos económicos.

O Conselho de Ministros decidiu ainda propor à Assembleia da República a aprovação de uma nova Lei de Arbitragem Voluntária.

vidos, juntamente com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a Direcção-Geral dos Impostos e o Banco de Portugal.

Outras das alterações é a diminuição para metade do prazo para apresentação à insolvência e responsabilizar mais o devedor se o não fizer dentro do prazo: até agora eram 60 dias, com a nova legislação passará a 30.

Passa a ter também menos importância determinar se a insolvência foi ou não por culpa dos sócios ou dos proprietários. Actualmente esse é o primeiro passo de um processo de insolvência, afectando muitos dos recursos existentes para se concluir que na maioria dos casos a empresa entrou numa situação de incumprimento das suas obrigações por razões diferentes.

São também simplificados os processos de citação e de notificação dos interessados, passando os juizes a terem mais poderes em matéria de suspensão da assembleia de credores. É ainda consagrada a protecção dos credores que intervenham nos processos de reestrutura-

Norte lidera insolvências seguido de Lisboa

É na capital que mais empresas encerram por decisão dos donos

MINISTRA QUER TORNAR INSOLVÊNCIAS ÁGEIS

- Agilização e simplificação da verificação e graduação dos créditos
- Simplificação dos procedimentos para a venda antecipada dos bens
- Alargamento das causas de encerramento do processo de insolvência
- Reforço de responsabilização dos devedores que não cumpram o dever de apresentação à insolvência
- Fim dos actos inúteis, como tornar automática a suspensão do processo de insolvência por morte do devedor
- Reforço da articulação entre o processo de insolvência e a acção executiva
- Reforço dos poderes de gestão processual concedidos ao juiz em matéria de suspensão da assembleia de credores
- Reforço dos poderes do juiz de forma a garantir o direito a alimentos a menores no caso de dependerem do insolvente

No primeiro semestre deste ano, a Região Norte liderou as insolvências, com 45,4% do total, mantendo praticamente o nível do primeiro semestre de 2010. Em segundo lugar ficou Lisboa e Vale do Tejo, com uma quota-parte de 24,3% mas que representou um crescimento acentuado quando comparado com período homólogo do ano passado: mais 23%.

A construção representou a maior fatia no número total de insolvências, com 22,2%, o que representou um crescimento de 12% face ao mesmo período do ano passado. Esta realidade reflecte o menor investimento público no sector, a suspensão das grandes obras públicas e a recessão na compra de habitações novas, que começam a pesar significativamente sobre as empresas que se movimentam no ramo.

Pela primeira vez, o sector ultrapassou a indústria transformadora, que ocupa agora o segundo lugar no ranking sectorial das insolvências. De Janeiro a Junho, a fatia que corresponde a este sector é de 21,6%, tendo decrescido 17,8% quando comparada com os primeiros seis meses do ano passado.

O sector do retalho e dos serviços também registou um crescimento de insolvências, respectivamente de 25,7% e 32,1%. As insolvências iniciadas no semestre envolvem sobretudo empresas com capital social pequeno e de elevado valor: o escalão de 5 mil euros representou 37,8%, seguido do escalão superior a 40 mil euros, que atingiu 30,5% dos casos.

Em contrapartida, as dissoluções voluntárias foram mais altas na região de Lisboa e Vale do Tejo, com uma fatia de 36,5%, o que representou um crescimento de 6,7% face ao primeiro semestre do ano passado. Seguiu-se o Norte, com 30%, que vive uma tendência em sentido inverso da da capital, menos 11,9%.

Os serviços constituem o sector com maior número de encerramentos voluntários, 1485 desde o início de 2011, o que representou um crescimento de 10,8% face a 2010. O retalho tem um número muito semelhante de dissoluções, 1034, que, mesmo assim, correspondem a um aumento de 4% em relação a 2010. A construção, com 707 encerramentos, apresenta uma diminuição face ao primeiro semestre de 2010, verificando-se a mesma tendência na indústria transformadora, com 510, e nos grossistas, com 506, que decresceram 24,8% e 19% face a semestre homólogo. *M. B. S.*



16-09-2011

Tiragem: 27259

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 5,77 x 14,10 cm²

Corte: 5 de 5

